

# FACETAS DO ANTICOMUNISMO CATÓLICO NA GRANDE IMPRENSA DE PORTO ALEGRE: D. Vicente Scherer e a infiltração comunista no Governo do RS (1961)

IANKO BETT\*

## 1 INTRODUÇÃO

As manifestações anticomunistas de matriz católica analisadas no decorrer deste trabalho podem ser consideradas como uma das formas possíveis de se visualizar o conturbado e bipolarizado ambiente político do início dos anos de 1960 no Brasil, marcado por embates políticos e ideológicos que repercutiram nos mais diversos setores da sociedade. A crise da legalidade (1961) e os instantes conturbados de pré-guerra civil causados pela tentativa de não permitir a ascensão de Goulart à Presidência, bem como a ascensão de Goulart ao poder acabou caracterizando um divisor de águas nos confrontos políticos da época, à medida que, ao mesmo tempo em que ocasionou um fortalecimento dos setores de esquerda, permitiu uma motivação para a organização dos grupos anticomunistas (MOTTA, 2002).

A noção de *anticomunismo* está sendo contemplada a partir da definição de Luciano Bonet (2000), em que essa é entendida como um conjunto de idéias, de representações e de práticas de oposição sistemática ao comunismo. Em que pese a abrangência dessa definição, ela sinaliza que a prática anticomunista (seja discursiva, ou não) pode ser executada pelos mais diversos segmentos sociais e institucionais. Isso implica que deve ser sempre considerada de acordo com os lugares da sua difusão e as diversas facetas e roupagens assumidas, bem como propósitos e contextos específicos. Daí a constatação da existência de diversos anticomunismos e suas especificidades tendo como ponto de partida a imprensa, a polícia, os complexos IPES/IBAD, grupos<sup>1</sup>, bem como a existência de um anticomunismo praticado e defendido pela Igreja Católica, ou seja, o *anticomunismo católico*.

Conforme bem salientou Rodeghero (2003, p. 49), o anticomunismo católico representa “um dos componentes do conjunto maior designado como imaginário anticomunista”. Para Rodrigo Motta (2002, p. 18), a “Igreja Católica se constituiu,

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, sob orientação do Prof. Dr Helder Gordim da Silveira. Bolsista CAPES.

<sup>1</sup> Sobre os diversos grupos anticomunistas que atuaram no Brasil ver Motta (2002).

provavelmente na instituição não estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX”. Levando em conta as afirmativas dos dois historiadores, é possível considerar a existência de um *anticomunismo católico* entendido enquanto uma prática acionada não só por membros pertencentes aos quadros hierárquicos da instituição, mas também pelos setores que estão submersos no campo de atuação do catolicismo, como por exemplo as instituições do apostolado dos leigos (JUC, JEC, JOC) e a TFP.

## 1.2 O Anticomunismo Católico

Foi a partir da segunda metade do século XIX que o comunismo começou a fomentar a preocupação nos católicos. Rodeghero (2003, p. 53) aponta a encíclica *Quanta Cura*, de 1864, como uma das primeiras referências condenatórias ao comunismo. Nesse documento foi denunciado o desejo do comunismo de eliminar a religião do âmbito familiar. As encíclicas *Quod Apostolici Muneris*, de 1878, e a *Rerum Novarum*, de 1891, ambas editadas pelo Papa Leão XIII, também se apresentam entre os primeiros grandes documentos que indicam a condenação ao comunismo pelos católicos. Naquele contexto, o comunismo representava uma grande ameaça à religião. Motta (2002) mostra que, na visão da Igreja, o alvo dos comunistas era a classe trabalhadora, especificamente os operários. Daí, a preocupação do catolicismo com o bem-estar social dos trabalhadores (e a incidência das Encíclicas neste aspecto) e, por consequência, o incentivo ao desenvolvimento das corporações cristãs como forma de enfraquecer o poder de influência comunista. A questão comunista desencadeou tamanha preocupação aos católicos que, para o autor, o despertar da instituição para o problema social decorreu, fundamentalmente, da ameaça comunista à preponderância do catolicismo na sociedade. Uma ameaça que ultrapassava as questões sociais e econômicas, pois “se constituía em uma filosofia, em um sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral” (2002, p. 20).

A disposição anticomunista da Igreja Católica foi intensificada na medida em que foi colocado em prática um esforço em eliminar a influência religiosa no qual o comunismo tentava se afirmar enquanto sistema político. Primeiramente, então, a partir da Revolução Bolchevique, na Rússia (1917), com a perseguição e execução a religiosos, com o fechamento e destruição de templos, bem como através da

disseminação do ateísmo. Mas foi, sobretudo, no contexto da Guerra Civil Espanhola (década de 1930) que o anticomunismo católico atingiu maior amplitude, uma vez que os alvos das perseguições antirreligiosas se desenvolveram em um país tradicionalmente católico (MOTTA, 2002). No ano de 1937, em meio a esse contexto, o Papa Pio XI editou a Encíclica *Divinis Redemptoris*, na qual a tônica se revestiu na importância de intensificar o combate ao comunismo. Foi na referida encíclica que, pela primeira vez, a Igreja não se utilizou de ambiguidades para a caracterização ao comunismo. Desta vez, “tratar-se-ia do comunismo, identificado com a experiência soviética e baseado no pensamento de Karl Marx” (MOTTA, 2002, p. 22).

Na década de 1960, o anticomunismo católico sofreria novas transformações, acompanhando, em parte, a própria configuração e o combate ao inimigo que também haviam passado por significativas mudanças. A inserção de novos elementos, naquele contexto, como por exemplo, a incorporação de novos países ao comunismo, em que Cuba é o caso paradigmático, os continuados acirramentos políticos entre Estados Unidos e União Soviética, sob a égide da Guerra Fria, fomentaram uma readequação da forma como o anticomunismo católico, até então, havia se manifestado. Nesse sentido, segundo Motta (2002, p. 246),

A época não comportava um comportamento uníssono e ortodoxo em matéria religiosa, elemento que combinou bem com o ambiente semifascista e ditatorial da fase anterior. Por outro lado, era uma estratégia inteligente deixar as portas abertas para tentar atrair fiéis de todos os credos para a “frente anticomunista”. Além do mais, a postura ecumênica fortalecia a imagem de que o repúdio ao comunismo era um sentimento universal e não atributo de um único grupo.

Por outro lado, nesse mesmo contexto, houve profundas transformações na hierarquia católica (Encíclicas Sociais - *Mater et Magistra* (1961), *Pacem in Terris* (1963), *Populorum Progressio* (1967) - e o Concílio Vaticano II), principalmente quando se leva em conta o surgimento de tendências renovadoras no interior da instituição. Para muitos católicos, a “questão comunista” passou a ser um problema secundário frente às mazelas e desigualdades sociais, especificamente na América Latina. Nesse aspecto, ressalta-se que as práticas sociais exercidas pelos setores “progressistas” da instituição eram, muitas vezes, associadas às práticas comunistas. Contudo, apesar de a Igreja, na década de 1960, apresentar-se como uma instituição de

certo modo dividida em suas concepções políticas e ideológicas, o combate ao sistema marxista continuava<sup>2</sup>, em especial pelos setores mais conservadores<sup>3</sup> da instituição.

## **2 D. VICENTE SCHERER E AS ALOCUÇÕES SEMANAIS**

A partir de junho de 1961, os leitores dos dois principais jornais de Porto Alegre à época puderam perceber que, na página quatro do Diário de Notícias (DN), página destinada aos colunistas, e na página treze do Correio do Povo (CP)<sup>4</sup>, página dos noticiários, em todas as terças-feiras, um novo estilo de comentário passou a fazer parte das matérias dos respectivos diários. Tratava-se das “Alocuções Semanais do Arcebispo Metropolitano D. Vicente Scherer”. Essas alocuções eram transmitidas todas as segundas-feiras pelo programa radiofônico chamado “A Voz do Pastor” e transcritas, no dia seguinte, nos jornais porto-alegrenses<sup>5</sup>. Cabe ressaltar que D. Vicente conduziu as funções do arcebispado de Porto Alegre por 35 anos (1946 a 1981), tendo passado por vários e conturbados momentos políticos e institucionais, bem como se verá mais adiante no trabalho, atuou como um dos protagonistas e com uma voz bastante ativa. O elevado número de anos com que permaneceu à frente dos assuntos religiosos da região metropolitana de Porto Alegre também pode ter um peso muito grande quando se questiona o tamanho da sua influência não só religiosa, mas especialmente política, no seio da sociedade do seu tempo.

---

<sup>2</sup> Na pesquisa realizada no Mestrado foi possível identificar um elevado número de manifestações anticomunistas de matriz católica, as quais tiveram as mais distintas autorias. Pode-se dizer que essas manifestações respeitaram um padrão limitado de “meios” e “modos” com que foram colocadas na imprensa, podendo destacar o espaço destinado à alocução semanal do arcebispo de Porto Alegre (a qual será objeto de investigação nesse empreendimento) e a colunistas católicos, reportagens que davam a informar sobre posicionamentos e manifestações de religiosos de outras partes do Brasil, reportagens e comentários que eram transcritos a partir do órgão oficial de imprensa do Vaticano, denominado *Osservatore Romano*, notícias de cunho religioso da própria cidade e provindas de agências nacionais e internacionais, especialmente, neste caso, notícias advindas da cúpula católica no Vaticano e, por fim, reportagens que transcreviam algumas mensagens do Pontífice e de outros religiosos pronunciadas através da Rádio do Vaticano. (BETT, 2010)

<sup>3</sup> Conservadorismo será utilizado e entendido no trabalho enquanto “idéias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (Bonazzi, 2000, p. 242)

<sup>4</sup> No CP, diferentemente do DN, as páginas que trouxeram as alocuções de D. Vicente Scherer variaram quanto à numeração, entretanto sempre foram publicadas nas páginas dos noticiários.

<sup>5</sup> É preciso destacar, neste sentido, que boa parte das alocuções também foi publicada no boletim *Unitas*, documento oficial da arquidiocese de Porto Alegre, o qual faz parte do conjunto de fontes utilizado na pesquisa desenvolvida sobre o anticomunismo católico no Rio Grande do Sul pela historiadora Carla Rodeghero.

As alocações de D. Vicente tratavam sobre os mais diversos assuntos, tanto religiosos, políticos e sociais, os quais eram focalizados nas mais diversas escalas, municipal, estadual, nacional e até mundial. Independente da temática, os textos eram muito bem escritos e editados, com um relativo grau de complexidade, sem contar que, geralmente, eram bastante extensos, ocupando, quase meia página do jornal. Dentre os diversos assuntos que fizeram morada em suas alocações, os temas da ordem da política foram os mais numerosos, especialmente os que versaram sobre o comunismo. Este aspecto pode indicar que o principal espaço para a difusão, manifestação e defesa de ideias anticomunistas na imprensa de Porto Alegre se deu a partir das alocações do arcebispo metropolitano. Diversas foram as formas com que a temática “comunista” foi utilizada por D. Vicente, as quais serão colocadas a seguir para que se torne possível o conhecimento do quanto o arcebispo criou e desenvolveu um amplo arcabouço de combate ao ideário e às práticas comunistas.

Analisando as alocações de D. Vicente, é possível perceber que, de forma geral, a tônica a ser tratada no seu espaço fazia parte de algum assunto em voga, seja na sociedade porto-alegrense, ou até mesmo sobre temáticas que ultrapassavam as fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul, como também do Brasil. Isso significa que parte de seus comentários eram circunstanciais, e acabavam sendo redigidos conforme “o calor” do momento, conforme se pode perceber na sua alocação do dia 5 de setembro de 1961, sobre a passagem da crise política e militar do processo da Legalidade. Após terem acalmadas as turbulências políticas que giraram em torno do episódio da “legalidade”, o arcebispo manifestou sua opinião acerca do evento com a alocação intitulada “A Igreja será a primeira a pregar o conagraçamento”. Dentre algumas partes de seu discurso, é pertinente o destaque da passagem final, especialmente pelo confronto que estaria por vir pouco mais de um mês da publicação destas palavras:

Congratulo-me com o povo do nosso Estado na pessoa do eminente Governador Dr. Leonel Brizola, pelo espetáculo magnífico de amor à soberania da lei à disciplina e à ordem com que nestes dias ficaram gloriosamente confirmadas as tradições seculares de dignidade e de civismo do Rio Grande do Sul. Viva o Brasil! (DN, 5 set. 61, p. 4)

Dentro destas alocações circunstanciais, também é possível perceber que algumas delas traziam assuntos que eram relativos a passagens de datas comemorativas,

como no exemplo da passagem do aniversário da Intentona Comunista<sup>6</sup>, as quais, muitas vezes, acabavam sendo relacionadas a acontecimentos da política da época, como se é possível visualizar na sua alocução do dia 28 de novembro de 1961. “Inaceitável a Colaboração Entre os Comunistas e Promotores de Reformas”. Este foi o título de uma das manchetes da capa do DN, a qual anunciava o assunto a ser tratado pelo Arcebispo metropolitano na sua alocução semanal. O editorial do DN assim fez a “chamada” da notícia: “O Arcebispo D. Vicente Scherer, falando, ontem, pela voz do Pastor sôbre a intentona comunista de 35, declarou ‘ser inaceitável a colaboração entre os adeptos do comunismo e os promotores de reformas sociais’” (DN, 28 set. 61, p. 4).

O espaço destinado às suas alocuções foi utilizado por D. Vicente também como forma de opiniões pontuais acerca de assuntos dos quais não concordava, ou que de algum modo, na sua ótica, precisavam ser mais explorados. Exemplo deste tipo de alocução pode ser caracterizado pela publicada no dia 30 de janeiro de 1962, intitulada “Em causa própria”. O assunto desta alocução foi Cuba. Centrou seu foco no que considerou como “fato grave”, ou seja, o fato de Cuba ter se colocado “entre os aliados e colaboradores da maior potência imperialista e expansionista do que há registro nos anais da história” (DN, 30 jan. 62, p. 4). O “exagero” de seu comentário é o reflexo do modo como enxergou a comunização cubana, defendendo, em face do perigo representado, “a adoção de medidas protetoras de nossa própria soberania”. O que estava em jogo, na visão do arcebispo era a proximidade do comunismo, que, a partir do seu caráter expansionista, poderia oferecer perigo aos países vizinhos na América.

Esse comentário e a conseqüente supervalorização da presença comunista em Cuba parece terem sido determinados pela publicação, em outro periódico de Porto Alegre à época (Folha da Tarde), das impressões de estudantes brasileiros (universitários) que teriam visitado o país cubano. Certamente que as impressões que os estudantes deram a conhecer não foram do agrado do arcebispo. Houve a necessidade de

---

<sup>6</sup> Conforme destacou Rodeghero (2003, p. 45), o aniversário da Intentona Comunista era considerado pela igreja uma “oportunidade para alertar os fiéis a respeito de quanto os comunistas já haviam prejudicado o Brasil (em 1935) e sobre a possibilidade de isso vir a repetir-se caso não permanecessem vigilantes”. Ainda segundo a autora, no caso da arquidiocese de Porto Alegre, o aniversário da Intentona era comemorado com uma missa proferida pelo Arcebispo D. Vicente Scherer, oportunidade em que fazia inflamados discursos contra o comunismo, os quais, por sua vez, eram publicados no boletim *Unitas* e também, como se verifica nesta pesquisa, nos jornais de grande circulação da cidade.

opor, termo a termo, as referidas declarações. E uma primeira medida adotada, em seu discurso, foi desqualificar a legitimidade do pensamento dos universitários:

[...] estou habituado a ler escritos de propaganda comunista, não por gosto evidentemente, mas por dever de ofício. A linha seguida pelos jovens estudantes na sua manifestação à imprensa, devo dizê-lo com toda a caridade, se identifica com o estilo clássico da propaganda soviética. (DN, 30 jan. 62, p. 4)

Um dos motivos porque entendeu desta maneira parece recair na “tarefa difícil e delicada” de se esquivar do controle policial da ditadura comunista, que, para a manutenção do regime, “controla rigorosamente as manifestações mais íntimas e confidenciais [...] está supressa toda a liberdade de expressão do pensamento” (DN, 30 jan. 62, p. 4). Portanto, aquilo que os estudantes venderam nas suas impressões sobre o cotidiano cubano não passava de informações colhidas sob o peso e o filtro coercitivo da ditadura e do medo de represálias.

Por outro lado, além de alocações circunstanciais, puderam ser observadas algumas que, de algum modo, requereram um maior esforço de planejamento de D. Vicente, à medida que se propôs a comentar, por sucessivas semanas, acerca da mesma temática. Esse exemplo pode ser demonstrado quando, a partir de uma série de três alocações, o arcebispo referenciou sobre a crise dos mísseis em Cuba, publicadas a partir do dia 12 de fevereiro de 1963. Como ele mesmo definiu,

[...] dado o invulgar interesse que estes acontecimentos, necessariamente, despertam e para sua melhor compreensão, hoje, e em palestras seguintes, pretendo dar o resumo de um relatório elaborado que, com base nas suas numerosas publicações, sérias e documentadas, relativas a problemas do mundo oriental e comunista, considero de alta competência e indiscutível autoridade. (CP, 12 fev. 63, p. 13, A Verdade Sobre a Crise Cubana)

As três alocações desta série foram intituladas, respectivamente, com as seguintes expressões: dia 12 de fevereiro: “A VERDADE SOBRE A CRISE CUBANA”; dia 19 de fevereiro: “VITÓRIA DE ALCANCE MUNDIAL”; dia 26 de fevereiro: “RAZÕES DO RECUO RUSSO DURANTE A CRISE CUBANA”.

Ainda merecem destaque, nessa “tipologia” dos textos das alocações do arcebispo metropolitano, aquelas que foram emitidas por ocasião da passagem do dia de Natal, como também aquelas emitidas por ocasião das passagens de ano. Dessas, parece

importante destacar o fato de serem diferenciadas das demais, justamente por estarem presentes em datas bastante significativas, especialmente para o “mundo” dos católicos. Na alocução publicada no dia 31 de dezembro de 1963, por exemplo, D. Vicente Scherer convida seu leitor a realizar uma “reflexão séria sôbre outra ordem de assuntos, de importância sem dúvida mais alta, tanto de caráter pessoal como de âmbito universal”. É com esta proposição que o arcebispo traz opiniões sobre diversos fatos que vão desde “problemas fundamentais da nação” como as greves “articuladas por cúpulas interesseiras”, passando pelas mortes do Papa João XXIII e do presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy. Dentre o emaranhado de assuntos tratados, a questão comunista também ali estava, como se pode perceber na passagem que trata sobre a propaganda comunista: “apesar de choques armados num e outro ponto do globo, não obstante revoluções e a continuação ostensiva da propaganda do comunismo para o assalto ao poder também em nosso país” (CP, 31 dez. 63, p. 13. O Ano Que Finda Confirmou o Desejo Humano de Convivência Universal).

Após terem sido colocados os principais exemplos dos modos como as alocuções semanais de D. Vicente Scherer foram estruturadas, é preciso retomar algumas considerações sobre o arcebispo não mais enquanto sujeito difusor de seus pensamentos e de suas ideias, mas enquanto protagonista acerca dos embates políticos travados naqueles tempos. O exemplo a seguir, que é um importante referencial para se perceber a dinâmica política que estava em torno do arcebispo, serve também para, entre outras coisas, demonstrar o poder de sua influência no âmbito da discussão política, o que, indiretamente, poderia repercutir no modo como as suas alocuções poderiam ser absorvidas pela sociedade, especialmente por seus leitores mais assíduos.

### **2.1 D. Vicente Scherer e a infiltração comunista no governo do RS**

No dia 7 de outubro de 1961, os jornais porto-alegrenses deram a conhecer o início de um amplo debate que girou em torno de denúncias de D. Vicente, as quais colocaram a público “o apoio que homens do Govêrno do Estado estariam dando a elementos comunistas”. Tratou-se da transcrição de uma entrevista que D. Vicente Scherer realizou por ocasião da sua volta das atividades conciliares em Roma<sup>7</sup>. É

---

<sup>7</sup> Conforme Carla Rodeguero (2003, p. 91), a referida entrevista foi concedida, ao periódico denominado “Folha da Tarde”, o que não impediu de ser publicada, ainda no mesmo dia, em outros jornais de Porto Alegre.

preciso colocar que a entrevista tratou de diversos assuntos, como a própria realização do Concílio, sobre o plano do governo para com os “menores abandonados”, mas também, e até mesmo pelo título da notícia (“DECLARA DOM VICENTE SCHERER: PLANO DE AÇÃO NITIDAMENTE COMUNISTA PERDURA DEPOIS DE SUPERADA A CRISE”), ficou claro qual o assunto preferido pela imprensa. No texto de abertura da notícia, esse aspecto ficou explicitado: “por outro lado, mostra-se – D. Vicente – preocupado com a intensificação da propaganda comunista em nosso Estado” (DN, 7 out. 61, p. 2).

Pode-se dizer que foram em número de três elementos alvos, ligados ao comunismo, que causaram as preocupações no arcebispo e que deram suporte à sua denúncia. O primeiro disse respeito às “brigadas de resistência democrática”, a partir das quais, segundo sua visão, “conhecidos militantes comunistas procuraram-se apoderar da direção do movimento”. Denunciou que “o centro instalado no ‘mata-borrão’ da Av. Borges de Medeiros, lançou um plano de ação nitidamente comunista”. Um segundo alvo de seu ataque foram os estudantes universitários, que para ele, em grande parte, “só pensam ainda em propaganda marxista”. Por fim, a sua crítica à Associação dos Agricultores Sem-Terra, descrito como um movimento que “promove a sublevação dos trabalhadores rurais segundo os conhecidos métodos comunistas que levam o homem do campo a escravidão pior que a miséria de que agora se quer libertar” (DN, 7 out. 61, p. 2)<sup>8</sup>.

O estopim de tal declaração se concentrou necessariamente nestes três elementos distintos, mas inseridos sob a mesma matriz, ou seja, os alvos foram integrantes do governo, justamente pelo incentivo que era promovido, no entendimento do arcebispo, aos grupos anteriormente citados:

[...] não compreendo por que elementos do govêrno, ao menos aparentemente, favorecem estes movimentos de agitação que cada vez mais assumem a forma de uma verdadeira mobilização subversiva de caráter comunista, a exemplo da China e outros lugares, para a conquista do poder. Só se ilude quem quer. (DN 7 out. 61, p. 2)

---

<sup>8</sup> Em sua pesquisa, Rodeghero (2003, p. 91) apontou apenas dois campos de atividades comunistas que foram denunciadas pelo arcebispo, quais sejam, os “Centros de Resistências” e as “associações dos agricultores sem- terra”, não fazendo menção aos universitários, conforme apareceu na entrevista publicada no DN.

Nas primeiras notícias que se reportaram sobre o debate, chama atenção os diversos pronunciamentos de políticos, integrantes da bancada de deputados do Legislativo gaúcho, principalmente dos grupos de oposição ao governador Leonel Brizola, não só confirmando a denúncia, como também aplaudindo a iniciativa de D. Vicente. Primeiramente, o deputado Helio Carlomagno, então presidente da Assembleia Legislativa, ao se referir sobre a denúncia, afirmou: “Não sei como explicá-la. Talvez sua Excia. Revma. tenha motivos para assim proceder” (DN, 7 out. 61, p. 2. Deputados Comentam Denúncia de Dom Vicente Scherer: Comunismo).

Egon Renner, integrante da bancada do Partido de Representação Popular (PRP), manifestou claramente sua solidariedade e apoio ao arcebispo pelas suas denúncias e teria dito, conforme publicação na imprensa: “infelizmente as informações que seguidamente me são transmitidas por pessoas que me merecem toda a fé confirmam totalmente as corajosas declarações de S. Excia. Rvma.” (DN, 7 out. 61, p. 2).

Líder da União Democrática Nacional (UDN) no Estado à época, Sinval Guazzelli teria firmado: “não disponho de elementos para afirmar ou negar a circunstância de algumas autoridades executivas estenderem a mão aos comunistas facilitando-lhes a penetração e a ação”. No entanto, apesar de seu posicionamento aparentemente imparcial acerca das declarações do arcebispo, defendeu um pronunciamento do então governador do Estado, Leonel Brizola, pois, segundo ele, o arcebispo “fala com a alta responsabilidade do seu elevado cargo, daí porque as suas afirmações merecem exame e meditação”. Da Mesma forma, fazendo referência à posição representada pelo arcebispo, o líder do Partido Social Democrático (PSD) à época, Ariosto Jaeger, também defendeu um pronunciamento do governador, pois, em sua opinião, as afirmativas do Arcebispo “é matéria destinada à ampla e justificável repercussão” (DN, 7 out. 61, p. 2).

O líder da bancada do Partido Democrata Cristão (PDC), o deputado Mariano Mondino, considerou a gravidade da denúncia pelo fato de ela “partir de quem parte e com autoridade acrescida pela positiva atitude que assumiu na recente crise”. Para o referido deputado, a atitude do arcebispo foi “um brado de alerta aos verdadeiros democratas”. Ainda segundo suas palavras, “é inegável que, durante a crise, houve mobilização total dos comunistas para se apoderarem da liderança do movimento de resistência” (DN, 7 out. 61, p. 2).

Mais enfático na defesa do Arcebispo foi a declaração do presidente da Juventude Democrática Cristã (JDC), Roberto Pires Pacheco, o qual é caracterizado pelo editor da matéria como aquele que “teve a oportunidade de denunciar a infiltração comunista em nosso Estado, através da proclamação da JDC”. Essa caracterização da imprensa, referente ao citado presidente, deixa em suspensão a hipótese de se pensar justamente na participação da imprensa neste conflito, especificamente na forma como procurou impor legitimidade às falas que escolhia e, em última instância, legitimar, inclusive, o conteúdo que estava sendo publicado. Com relação ao que teria pronunciado o líder da JDC, ficou bastante explícito além do apoio às declarações do arcebispo, também um reforço às denúncias, as quais tratavam de envolver diretamente a figura do governador do Estado. Em virtude da intensidade da declaração do Presidente da JDC, é pertinente a reprodução da mesma:

Lemos as declarações do Sr Arcebispo. Congratulamo-nos pela coragem com que abordou o problema. Coragem essa que faltou alguns dos senhores deputados estaduais a quem demos conhecimento de um ofício enviado pela Juventude Democrática cristã ao Palácio Piratini e protocolado com o número 7868 em 25 de setembro último. Mas a acusação é verdadeira. Pois o Sr. Governador do Estado pactua com êsses focos de agitações social permitindo que os membros tenham permanecidos em recintos do poder público, mesmo depois de haverem sido alcançadas as finalidades dos Comitês de Resistências Democrática com a posse do Sr Presidente João Goulart. Inclusive o acusamos fundamentado nessa sua permissão de possuir verdadeira paixão pela desordem e horror pela liberdade. (DN, 7 out. 61, p. 2).

Por outro lado, mas levando em conta a repercussão das denúncias do arcebispo, deve-se ressaltar que a mesma também promoveu uma reação por parte da bancada governista, a qual também foi veiculada na imprensa, é bem verdade, em proporção bastante menor, se comparada com aquelas pronunciadas pela oposição. Nesse sentido, uma reportagem do dia 11 de outubro trouxe a público algumas partes do debate travado entre a situação e a oposição na Assembleia Legislativa do Estado, em que grande parte do debate publicado nesse dia encarregou-se de rebater as críticas proferidas pela oposição. É preciso destacar a dimensão com que os debates foram tomando, que, de algum modo, extrapolavam a questão da denúncia do arcebispo, contudo giraram na órbita comunista, a qual se manifestou a partir de denúncias, como o apontamento de Brizola ter apoiado a Revolução Cubana, pelo fato desta ter trazido “grandes benefícios à América Latina” (DN, 11 out. 61, p. 2. Restrições aos nomes que integram a comissão sobre denúncia do arcebispo).

Um dos aspectos que chama atenção na “defesa” realizada pela bancada governista é o fato de sempre estar presente uma questão que justificasse qualquer tipo de aproximação ou envolvimento com o comunismo. Partindo do exemplo da denúncia de que Brizola teria apoiado a Revolução Cubana, este só o teria feito, segundo o pronunciamento do deputado Sereno Chaise, pelo fato de a referida Revolução ter derrubado “mais uma ditadura na América Latina”<sup>9</sup>. Da mesma forma, na resposta sobre os possíveis assessores do governador “que eram simpatizantes do credo vermelho e que tinham um único objetivo a subversão da ordem”, foi preciso buscar uma justificativa no passado para poder legitimar a veracidade da negativa a esta acusação: “o partido fundado pelo saudoso Presidente Getúlio Vargas sempre combateu o comunismo, e prova disso que no regime descricionário o Sr. Luiz Carlos Prestes esteve preso”. Este mesmo deputado, ao criticar a constituição da comissão para apurar as denúncias do Arcebispo afirmou: “o efetivo e eficaz combate ao comunismo – salientou – se faz com reformas de base e não com medidas policiais” (DN, 11 out. 61, p. 2).

Na reportagem publicada no dia 12, é preciso destacar um pronunciamento que, em certa medida, trouxe um novo elemento para se pensar a forma como “o problema comunista” acabava sendo representado naqueles conturbados debates políticos. Trata-se do pronunciamento do deputado Cândido Norberto, o qual considerou as denúncias do arcebispo como um “prato político, sem dúvida nenhuma, excelente para aqueles que vivem do anticomunismo e do anticomunismo se alimentam, na ausência de outro pretexto para a sua presença na vida política”. Essa declaração, que aparentemente se configura em uma lúcida posição política naqueles tempos marcados pelos binarismos políticos, logo, na sua continuação, deixa escapar explicitamente a sua posição, também anticomunista:

[...] como se não bastassem essas manifestações que mais golpeiam a democracia do que o comunismo, que mais servem ao comunismo do que à democracia, eis que o Sr. Alberto Hoffmann velho integralista desta praça, tão detestável do ponto de vista doutrinário quanto são os comunistas também entra em cena e nos estarrece com as declarações que hoje foram divulgadas. (DN, 12 out. 61, p. 2. Declarações do Secretário da Agricultura agitam Plenário, provocando vivos debates)

---

<sup>9</sup> É importante destacar que de forma geral a Igreja Católica latino-americana também manifestou apoio à Revolução Cubana, pelo menos até o momento em que foi percebida a guinada desta ao comunismo (RODEGHERO, 2003).

Quer dizer, a sua indignação contra as declarações do Secretário da Agricultura não foram pelo fato de essas confirmarem a infiltração comunista no governo, mas por terem sido proferidas por um sujeito que considerava ser integralista e que na sua posição de um “autêntico democrata”, deveria ser tão intolerável quanto ser comunista.

A declaração supracitada e as considerações sugeridas remetem a pensar exatamente num esboço provisório de como se configuravam os grupos com relação ao posicionamento anticomunista, naquele contexto. Ou seja, mais que promover encaixes arbitrários de determinados posicionamentos a partir do seu discurso, é preciso perceber a complexidade com que a “questão comunista” era apropriada e ressignificada, operada de acordo com a posição de quem está emitindo o discurso. Desse modo, a continuação do discurso do deputado já mencionado, parece clarear essa argumentação:

[...] quero com tais títulos classificar desde logo as facções que se chocam aparentemente nesta luta verbal e política mas que se confundem na sua essência, nos seus intuitos tipicamente democráticos. Quero classificar tais correntes de galhos da mesma árvore, facções macartistas, facções fascistas [...] isso que se vê em torno da denúncia do Arcebispo se chama macartismo. (DN, 12 out. 61, p. 2)

Isso significa que, na posição de fala do deputado, o problema manifestado não era mais da possível infiltração comunista, na verdade este aspecto foi relegado a um segundo plano. A ênfase dada foi na possível perda das liberdades, na possível ausência de um pensamento democrático “autêntico”, dos quais a ideologia comunista também tinha a sua parcela de responsabilidade, como também na forma como a difusão destes “fascismos mal disfarçados”, proporcionava alimento favorável ao comunismo.

Além do fato de as denúncias terem sido utilizadas como argumento dos ataques e defesas entre deputados do legislativo gaúcho, da oposição e situação, como já visto, elas também desencadearam um confronto aberto entre o governador do Estado, Leonel Brizola e o próprio arcebispo D. Vicente Scherer. Na matéria de capa do DN do dia 24 de outubro de 1961, intitulada “Dom Vicente responde a Brizola: não se precipitou e nem foi envolvido”, colocou a público a resposta do arcebispo ao governador, sobre este o ter acusado de ter se envolvido numa “odiosa campanha para incompatibilizar o povo gaúcho com o resto do povo brasileiro”, ao emitir a sua opinião “sem medi-la nos seus fundamentos e no seu alcance”. Na resposta do arcebispo, mais que apenas reagir contra a afirmação do governador, ela ainda confirmou e reforçou as suas denúncias:

[...] não desejava manifestar-me mais uma vez sobre a presença e ação dos comunistas militantes na administração estadual e em outros setores. Não vejo utilidade em polemizar com o Governo do Rio Grande do Sul. Sinto, porém, o dever de declarar, a título de esclarecimento da opinião pública, que não houve de minha parte ao manifestar as preocupações expressas na entrevista de 6 do corrente nem fui envolvido em onda nenhuma contra o Rio Grande. (DN, 24 out. 61, p. 1)

Argumentou, ainda, que no próprio dia 29 de agosto, no auge de crise político-militar, tinha se manifestado com o mesmo posicionamento e diretamente ao governador, sendo que este, segundo D. Vicente, “não contestou a existência dos fatos, mas procurou tranquilizar-me, assegurando estar vigilante e atento à ação dos extremistas” (DN, 24 out. 61, p. 1).

A partir dessa entrevista do arcebispo, é possível perceber que, ao se justificar perante os motivos da sua denúncia e esclarecer os objetivos preteridos, acabou reforçando a infiltração comunista no governo, o que evidencia a sua força opinativa em assuntos que transcendiam a questões puramente religiosas:

[...] a finalidade desta parte da minha discutida entrevista era a de ensejar ao governador um pronunciamento público possivelmente capaz de desfazer os temores que, ainda hoje, sente grande parte da população em virtude dos fatos inegáveis por mim apontados. (DN, 24 out. 61, p. 1)

Aqui cabe apontar uma pequena contradição nesta parte da resposta do arcebispo, que deve incidir diretamente no questionamento da sua real intenção em acender o estopim da polêmica. Ora, de que forma o governador do Estado poderia desfazer tais temores, se os fatos trazidos pelo arcebispo (infiltração comunista) não eram passíveis de serem negados (fatos inegáveis nas palavras do prelado)?

Para contribuir ainda mais sobre a compreensão do tamanho da repercussão proporcionada pela denúncia do arcebispo, é preciso que seja colocado mais um elemento bastante significativo, que incide diretamente na forma de como a imprensa se encarregou de manifestar e difundir uma ampla mobilização em decorrência de tal denúncia. Para isso, é preciso recuperar a manchete de capa do DN do dia 7 de novembro, intitulada “frente única solidária com Dom Vicente Scherer”. Esta notícia trouxe a informação acerca da formação de uma “frente única” em apoio ao arcebispo metropolitano, por sua atitude em denunciar infiltração comunista no governo. A parte inicial da matéria se deu nos seguintes termos:

Uma frente única, de solidariedade ao Arcebispo Dom Vicente Scherer, por ter denunciado a infiltração comunista no govêrno do Estado, foi formada ontem, com a elaboração de um documento que hoje será entregue àquele alto dignitário da Igreja Católica. (DN, 7 nov. 61, p. 1)

Ainda, informou sobre a adesão de 317 assinaturas, destacando dentre essas as de “dois ex-governadores, e dois ex-interventores, todos os bispos do Estado, três marechais, e dezesseis generais, professores universitários e influentes nomes da política estadual”.

Outro aspecto que deve ser ressaltado, e partindo do princípio da veracidade das informações, especificamente sobre as assinaturas destacadas na reportagem, é justamente pensar na ampla organização que a tal “frente única” obteve por ocasião da polêmica, como também, na intensa vontade em formar um corpo de assinaturas tão expressivo, pois, não deve ter sido uma tarefa muito simples recolher assinatura de “todos” os bispos do Rio Grande do Sul, para citar apenas este exemplo, conforme publicado na matéria.

Por outro lado, e levando em conta não necessariamente a veracidade das informações, mas exatamente o que foi publicado, ou seja, a própria forma de manifestar, informar e demonstrar que houve destacadas assinaturas, também é significativo, pois representa a vontade em dar legitimidade para o que está sendo dito, que, em última análise, envolve um posicionamento a favor das denúncias do arcebispo.

Com relação ao texto do “abaixo-assinado”, cabe destacar que, além do apoio ao arcebispo pela sua atitude, deixou transparecer também a ideia de que esta foi realizada pertinentemente, ou seja, reafirmando a infiltração comunista no governo. A seguir, o texto na integralidade:

Expressamos a Vossa Excelência Reverendíssima nossa irrestrita solidariedade à sua denúncia sôbre a participação de agentes marxistas no comportamento político-administrativo do Estado, evidenciada na recente crise que abalou o Brasil. A patriótica atitude de Vossa Excelência Reverendíssima traduz sua vigilante e exemplar consciência de Pastor atento ao bem comum da nacionalidade. Manifestamos a Vossa Excelência Reverendíssima nossa integral adesão ao ideal comum de uma renovação social fundada na justiça e liberdade dos ideais cristãos e democráticos. Respeitosas saudações. (DN, 7 nov. 61, p. 1)

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aqui apresentado buscou dar conta de uma das facetas da intensa presença do anticomunismo católico nas páginas dos principais jornais porto-alegrenses no início dos anos de 1960. Tratou-se, portanto, de um dos aspectos que contribuíram para o desenvolvimento e consolidação de um imaginário conservador, do ponto de vista religioso e político, no período que antecedeu a experiência ditatorial inaugurada pelo golpe civil-militar de 1964.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETT, Ianko. **A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966**. Dissertação (Mestrado em História), Unisinos. 2010.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. v. I. Brasília, UnB, 2000.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. v. I. Brasília: UnB, 2000.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 149-182, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1945-1964. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.